

# Para que servem os modelos? Crítica ao modelo migratório do “Sul da Europa” e aos seus usos

João Carlos Jarochinski Silva\*

---

## Resumo

O presente artigo procura discutir a construção de modelos migratórios para a compreensão e análise de realidades migratórias, por meio da análise do caso concreto dos países do Sul da Europa, Portugal, Espanha, Itália e Grécia. O debate é fundamental para verificar as limitações que esse tipo de abordagem metodológica possui e o fato de tais discursos comparativos poderem ser utilizado para a criação de categorias analíticas e de construção de políticas públicas em desacordo com a realidade dos locais que pretendem compreender e regular

**Palavras chave:** Migrações internacionais; Modelo Sul da Europa; Políticas migratórias

## Abstract

This article aims to discuss the construction of models of comprehension and analysis of the migration realities, using the Southern Europe Model (Portugal, Spain, Italy and Greece) as a case. The importance of the debate is verify the limits of this models and how this arguments can be used to create categories that support academic and public policy view of the phenomenal in a perspective out of the local reality.

**Keywords:** International migration; Southern European Model; Migration Policies

---

## Objetivos do debate do Modelo do Sul da Europa

Diversos especialistas em migração, principalmente nos países do sul da Europa (Itália, Grécia, Espanha e Portugal), desenvolvem estudos comparativos entre essas localidades. Por conta de tais investigações, alguns deles se filiam à ideia de que podemos pensar o Sul da Europa como um modelo, pois há algumas características comuns aos quatro países com relação ao tema que são bastante importantes para a compreensão da temática.

Pretendemos criticar a possibilidade de se pensar num modelo que insira esses países, pois, caso ele existisse, a formulação de políticas comuns, pelo menos para essa

---

\* João Carlos Jarochinski Silva é Professor e coordenador do curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

parte da Europa, poderia ser justificada pela ocorrência de realidades muito semelhantes, algo que não se identifica.

Porém, para a realização dessa crítica, apresentar-se-á alguns argumentos dos autores que trabalham com esse modelo. A primeira informação importante decorre do fato de esse modelo não ser uma novidade em termos acadêmicos, pois, conforme destaca Peixoto e outros (2012: 108), ele surge durante o início da década de 1990:

Since the early 1990s, the many similarities in timing and other characteristics of immigration in these countries led to the frequent collaboration of researchers and policy-makers in order to discuss the common trends. During a period that culminated at the turn of the century, numerous articles, books and special editions of journals were released (see e.g. King & Rybaczuk 1993; Iosifides & King 1996; Baganha 1997; Baldwin-Edwards 1997; King & Black 1997; Baldwin-Edwards & Arango 1999; King, Lazaridis & Tsardanidis 2000; King 2002; Arango 2003; Ribas Mateos 2004; Ritaine 2005; and, more recently, King & Thomson 2008 and González-Enríquez & Triandafyllidou 2009). Many of these works designated these new immigration experiences as a Southern European Mediterranean ‘model of immigration’ (King 2000), which differed in several ways from the model that predominated in other European host countries during the second half of the twentieth century, when the Fordist type of capitalism was dominant.

Porém, apesar dos autores destacarem diversos pesquisadores que adotam essa ideia, deve-se enfatizar que não é possível nesse artigo trabalhar com toda a bibliografia. Opta-se por selecionar alguns autores pela relevância da produção. O primeiro autor é King, responsável pelo termo “modelo de imigração” e autor de grande parte dos trabalhos desenvolvidos sobre o tema. No texto selecionado, ele escreve com a professora Ribas Mateos, também uma referência na área, principalmente pela sua enorme capacidade de reflexão teórica sobre a produção de pesquisas relacionadas à imigração. Além do texto em conjunto desses dois pesquisadores relevantes, trabalhar-se-á com o artigo citado acima, de Peixoto, Arango, Bonifazi, Finotelli, Sabino, Strozza e Triandafyllidou. A escolha desse último texto deve-se a diversos fatores: primeiro, por trazer autores das quatro nacionalidades dos países integrantes do modelo; em segundo lugar, por serem autores reconhecidos por seus méritos; e, em terceiro lugar, por ser uma publicação recente, que dialoga com as produções anteriores.

### **O embasamento fatural do modelo**

Para começar, visualizar-se-á os níveis de comparação efetuados por King e Ribas Mateos (2005), nos quais, apesar de salientarem algumas distinções e

## Para que servem os modelos?

especificidades entre os quatro países, destacam uma série de características comuns que permitem desenvolver a ideia de um modelo, tais como: a) a pluralidade de nacionalidades dos imigrantes; b) a diversidade de origens sociais desses imigrantes e de seus tipos; c) o desenvolvimento rápido e espontâneo dos fluxos migratórios, com origem principal dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento na década de 1980 e de europeus do leste na década seguinte; d) as diversas regularizações feitas; e) a concentração profissional dos dois grupos de imigrantes em trabalhos não valorizados socialmente, com baixa remuneração e precários; f) Assimetria entre o número de homens e mulheres quando se analisam fluxos de países de origem específicos.

Porém, a fim de comparar essas características, eles fazem uso de três elementos norteadores para as comparações, quais sejam: o Mercado de Trabalho, o Estado e a Sociedade Civil.

A nível teórico tentámos posicionar a emergência do fenómeno de imigração do Sul da Europa, bastante espontâneo, mas, todavia, convergente, num contexto analítico com três vértices centrados no *mercado de trabalho* (especialmente o sector informal e os espaços segmentados do trabalho migrante), no *Estado* (fraco empenho na assistência social, práticas regulamentares pouco firmes, mas importância crescente das iniciativas locais) e na *sociedade civil* (especialmente no que se refere ao papel da família e das organizações não governamentais). Esta articulação triangular específica do Sul da Europa, por sua vez, deve ser posicionada no contexto das tendências globais para uma maior procura de mão-de-obra qualificada do tipo de serviços, para uma maior renegociação e nalguns casos o reforço de desigualdades étnicas e entre homens e mulheres, para políticas cada vez mais repressivas em matéria de controlo da imigração e de policiamento das fronteiras e para a “privatização” e “irregularização” de fluxos migratórios internacionais. (KING; RIBAS MATEOS, 2005: 215)

Já Peixoto e outros (2012: 108) justificam sua opção, ao destacarem os seguintes elementos:

Despite some dissimilarities that stem from the different histories of these countries, their diverse social and economic characteristics and their specific cultural and colonial links to other geographical areas, many reasons for the growth of foreign immigration were similar across all four of them. It is worth mentioning several notable economic trends in recent decades: the improvement in living standards and educational levels of the native youth, both of which increased labour expectations; the persistence of significant informal economies and of segmentation processes in the labour markets; the effects of low fertility rates on labour supply; and the overall limitations of Mediterranean welfare systems, which are largely unable to provide for their populations evolving needs, including those attributable to the ageing process. Furthermore, the political and economic transitions in Central and Eastern Europe (CEE) intensified the push forces into this area. While the gradual incorporation of most of those countries into the European Union migration system resulted in a relaxing of visa policies, labour migration from that area had been de facto tolerated even before the EU enlargement. This increased availability of foreign workers matched the growing needs of Southern European labour markets.

Os autores destacam que os quatro países possuem: a) uma evolução dos fluxos migratórios muito similares, b) ressaltam a diferença das origens étnicas, mas afirmam que os resultados demográficos são semelhantes, c) a inserção no mercado de trabalho também seria semelhante, d) assim como alguns termos das políticas migratórias, e e) as consequências da integração (PEIXOTO e OUTROS, 2012: 108).

Apesar da ressalva, feita pelos próprios autores ao iniciarem a justificativa pela opção do modelo, no caso de Peixoto e outros, o que, obviamente, já pesa contra a opção, deve-se destacar, ainda, a utilização que se fará de alguns argumentos expostos por Baldwin-Edwards para as críticas sobre a opção pela adoção do modelo. Isso se deve ao relevante fato de Baldwin-Edwards ter sido, durante os anos 1990, um dos autores a desenvolver o modelo, como ele mesmo escreve: “It is perhaps ironic that as one of the participants in these earlier analytic developments, I should now advocate scepticism about the utility or even validity of such a model” (BALDWIN-EDWARDS, 2012: 149). Portanto, a capacidade crítica sobre a construção do modelo por Baldwin-Edwards não pode ser desprezada.

### **Crítica ao modelo**

Sobre os elementos utilizados por King e Ribas Mateos, discutir-se-á na ordem apresentada anteriormente. Nesse sentido, o primeiro ponto foi a questão da pluralidade de nacionalidades de imigrantes. Destaca-se que isso não é uma característica específica dessa região do globo, mas, de todas, pois, hoje, por conta de diversos fatores, há um exponencial aumento das áreas afetadas pela realidade migratória internacional. Há, sem dúvida, mais áreas de origem, assim como mais áreas de destino. Isso é facilitado pela diminuição nos custos dos transportes e pela facilidade na obtenção de informações dentro de uma lógica na qual o espaço é reduzido pelo avanço da globalização<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Segundo Bauman (1999: 21-22), a história moderna foi marcada pelo progresso constante dos meios de transporte. Os transportes e as viagens foram campos de mudança particularmente rápida e radical; como Schumpeter assinalou há muito tempo, o progresso aí não resultou apenas da multiplicação do número de diligências, mas da invenção e produção em massa de meios de transporte inteiramente novos – trens, automóveis e aviões. Foi antes de mais nada a disponibilidade de meios de viagem rápidos que desencadeou o processo tipicamente moderno de erosão e solapamento das “totalidades” sociais e culturais localmente arraigadas; foi o processo captado pela primeira vez na famosa fórmula de Tönnies sobre a modernidade como a passagem da *Gemeinschaft* [comunidade] para a *Gesellschaft* [associação]. Dentre todos os fatores técnicos da mobilidade, um papel particularmente importante foi desempenhado pelo transporte da informação – o tipo de comunicação que não envolve o movimento de corpos físicos ou só o faz secundária e marginalmente. Desenvolveram-se de forma consistente meios técnicos que

(BAUMAN, 1999). Portanto, essa informação não permite que se encontre um quadro especializado, pois se trata de uma tendência geral dos movimentos migratórios contemporâneos.

No entanto, mesmo isso sendo uma tendência mundial, há, em um dos países do modelo, uma informação que contraria esse cenário, pois há o predomínio de uma nacionalidade, no caso, os albaneses em território grego que, segundo certas estimativas, foram, no início dessa década, aproximadamente 70% dos estrangeiros presentes no país (PEIXOTO e OUTROS, 2012: 118). Um número tão elevado de uma única nacionalidade já serve para colocar em cheque a valorização da pluralidade para a Grécia, pois, apesar da existência de diversos grupos migrantes, o fato de um grupo ser tão expressivo faz com que tenham um impacto social e político muito mais elevado que os demais, inclusive afetando as ações políticas gregas em torno de controles migratórios.

Já a argumentação desenvolvida por Peixoto e outros (2012), em que se coloca como segunda característica do modelo a pluralidade de diversidades, destaca-se a suposta não importância dessa situação, pois, apesar das diferentes nacionalidades de origem, o importante é que nos destinos, isto é, nos quatro países do modelo, há um quadro demográfico muito parecido entre os grupos migrantes, ocorrendo o predomínio de jovens adultos. Esta opção também deve ser criticada, por alguns aspectos. O primeiro é o fato de Portugal e Espanha ainda manterem mais de 20% de imigrantes aposentados, vindos da própria Europa, significando uma taxa considerável em seu contexto migratório, principalmente se levarmos em conta que dentro dessa faixa etária as migrações são menos intensas. Esse fato é destacado pelos autores, mas não lhe é dada a devida importância.

Outro ponto é o fato de a Itália assistir dentro de seus quadros migratórios uma diminuição da população adulta em comparação com o início dos anos 1990, de 70% para 62%, permitindo a leitura de que esse país se encontra em outra fase migratória em relação aos demais. Isto é, numa transição, pois, esse tipo de dado revela uma alteração

---

também permitiram à informação viajar independente dos seus portadores físicos – e independente também dos objetos sobre os quais informava: meios que libertaram os “significantes” do controle dos “significados”. A separação dos movimentos da informação em relação aos movimentos dos seus portadores e objetos permitiu por sua vez a diferenciação de suas velocidades; o movimento da informação ganhava velocidade num ritmo muito mais rápido que a viagem dos corpos ou a mudança da situação sobre a qual se informava. Afinal, o aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim – no que diz respeito à informação – à própria noção de “viagem” (e de “distância” a ser percorrida), tornando a informação instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria como na prática.

nos grupos, com a formação de famílias no local e o aparecimento de migrantes de segunda geração (BALDWIN-EDWARDS, 2012: 150). Portanto, mesmo com dados similares, a análise em perspectiva permite que se encontrem realidades distintas e por consequência, desafios diferentes para serem solucionados.

Outro pressuposto importante desconsiderado é a questão geográfica, pois os movimentos de irregulares que atingem esses quatro países são distintos. Importante salientar que a Grécia, por conta de sua proximidade com os países do sudeste europeu e com a Turquia, recebe um migrante que faz uso de rotas curtas, terrestres em muitos casos, mas também marítimas, principalmente no caso dos africanos. Já a Espanha e a Itália, recebem uma grande leva de pessoas que se dirigem ao país por meio de aviões, notadamente os asiáticos e os latino-americanos, mas também recebem muitos imigrantes que atravessam o Mar Mediterrâneo. Já, em Portugal, quase não há registro da entrada de pessoas pela via marítima, pois rotas que o incluíssem seriam mais perigosas, por conta de aspectos de navegação e, ao mesmo tempo, o país não se mostra tão atraente para as comunidades que fazem essas travessias. Caso o fossem, grupos que fizessem a travessia pela Espanha, poderiam, depois, dirigir-se para Portugal, como o fazem para França, mas isso ocorre em número ínfimo.

A segunda característica apontada por King e Ribas Mateos (2005) é a grande variedade de origens sociais e de tipos migrantes. Sem dúvida, um elemento verdadeiro, entretanto, não específico, pois se manifesta em grande parte dos fluxos migratórios. O avanço nas pesquisas sobre imigração, notadamente o avanço relativo a percepção da existência de redes migratórias, demonstram que o fenômeno não pode ser pensado apenas em termos de escolhas econômicas racionais, conforme a própria autora, Ribas Mateos (2004: 61) destaca em outro texto:

El descubrimiento de las redes migratorias ha hecho que las migraciones ya no se entiendan como un movimiento dual, con un origen y un destino, sino como movimientos de vaivén que incluyen muchos otros procesos no siempre visibles y que a menudo conectan regiones remotas entre sí. En definitiva, en contraposición con las ideas que postulaban que las migraciones son el resultado de decisiones puramente económicas, estos movimientos se construyen ahora como eminentemente sociales.

Esta percepção faz com que o imigrante deixe de ser um objeto sem vida e sem voz pelas pesquisas, fazendo com que as manifestações sejam percebidas e analisadas, resultando na constatação de que os grupos imigrantes não são homogêneos, mesmo os advindos de uma mesma localidade. As regiões de origem, com suas estratificações, têm

indivíduos migrantes pertencentes a diversos grupos sociais. Em diversas camadas da sociedade a imigração é vista como possibilidade de melhoria de condição econômica, social ou pessoal.

Além disso, conforme esses imigrantes percebam a motivação de seu movimento, haverá impacto no tipo do imigrante. No caso da região Sul da Europa, há o predomínio de imigrantes laborais e de reunificação familiar, porém, também existe um número expressivo de solicitantes de refúgio, com incidência muito maior na Grécia, principalmente de iraquianos e afegãos, que, por aspectos geográficos e de rotas, além da regulação única em termos de refúgio na União Europeia, acabam tendo impacto na realidade grega que não possuem nos outros três países (PEIXOTO e OUTROS, 2012), apesar dessa realidade estar em processo de alteração nesse contexto, principalmente para Itália e Espanha.

Porém, mesmo o tipo mais comum na região, que é o do migrante orientado para o mercado de trabalho - ditos voluntários por uma bibliografia mais tradicional - já não aceita a ideia de que a motivação para sua migração decorra apenas de uma escolha racional por melhores salários ou condições de vida, pois para ele há a evidência de uma pluralidade de fatores impactantes. O simples fato de as pesquisas apontarem para um leque maior de motivações é suficiente para se compreender que os movimentos migratórios não são exclusivos de certos grupos ou tipos, conforme comprovam os dados mais recentes.

Além disso, a diferença no grau de desenvolvimento e de oportunidades entre as localidades, principalmente se o foco for no movimento Sul-Norte, transforma os imigrantes que atingiram o norte em pessoas bem-sucedidas perante sua comunidade de origem, por mais que elas possam estar na base social nas localidades de destino. Perante sua comunidade de origem, o fato de serem migrantes em países bem mais ricos e com oportunidades que o seu, normalmente, já os coloca em um padrão social superior ao que possuíam localidade de origem. Portanto, há em todos os grupos sociais motivações para a migração.<sup>2</sup>

A terceira característica, o desenvolvimento rápido e espontâneo dos fluxos migratórios, com origem principal dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento

---

<sup>2</sup> Evidentemente que, por conta da sua situação social, os grupos não pertencentes aos setores sociais mais elevados nos locais de origem sentem uma maior motivação para empreenderem os movimentos e acabam aceitando condições de vida, moradia e trabalho mais modestas no destino.

na década de 1980 e de europeus do leste na década seguinte, é, sem dúvida, um fator comum aos quatro países.

Porém, há diversos fatores que explicam esse aumento de imigrantes na região na década de 1980, o primeiro deles é a entrada da Grécia, Portugal e Espanha na Comunidade Econômica Europeia. Esse fato, por si só, já explica o aumento do poder de atração dessas localidades. Além disso, o cenário de construção de democracias liberais para os três países, que teve início nas décadas anteriores, proporcionou direitos à população em geral e aos imigrantes, proporcionando-lhes maiores proteções jurídicas.<sup>3</sup>

Além disso, localidades de destino tradicionais e habituados a lidarem com fluxos migratórios, como os países do Centro e do Norte da Europa, estabeleceram, num período de tempo próximo aos anos 1980, políticas de “imigração zero”, favorecendo a procura por novos destinos. Entretanto, apesar do significativo aumento de imigrantes do “terceiro mundo”, eles não são homogêneos nos quatro países, possuindo uma enorme variedade de origens e motivações. Por exemplo, o caso português nos revela o maior poder de atração sobre imigrantes de suas ex-colônias,<sup>4</sup> algo distinto do que se passa na Grécia, que não desenvolveu uma política colonial em sua história moderna e contemporânea, sendo majoritariamente, destino de imigrantes vindos das regiões mais próximas ao seu território, inclusive de países classificados naquele contexto como de “segundo mundo”. Já a Espanha, apesar de atrair contingentes de suas ex-colônias latino-americanas e de Marrocos, já operava com uma diversidade de grupos muito maior que Portugal. A Itália, cujo contexto é semelhante ao espanhol, isto é, com bastante diversidade, conta com uma presença efetiva, dentro dos números totais entre os imigrantes, de pessoas advindas de suas ex-colônias.

Portanto, apesar de correta a tese de que os quatro países recebem imigrantes de países chamados na época de “terceiro mundo”, a diversidade de localidades de origem e as vinculações dessas com o destino dificultam a construção de um enquadramento capaz de dar especificidade à região. Além disso, na maioria das localidades do

---

<sup>3</sup> Hollifield (2000) assinala que o predomínio de direitos de caráter liberal são importantes para a compreensão da realidade migratória, pois representam aumento de direitos para os estrangeiros. Apesar de reconhecer a importância das condições econômicas e sociais, ele destaca como fundamentais as condições legais e políticas.

<sup>4</sup> Vale ressaltar que Portugal opta, em sua Constituição, por manter uma forte vinculação com suas ex-colônias, o que, segundo a perspectiva de Hollifield (2000), torna-se um fator de atração.

chamado “primeiro mundo”, há a predominância de imigrantes do “terceiro mundo”, como o caso dos Estados Unidos deixa bastante claro.

Há também o fato de que a Grécia, já em finais dos anos 1980, era um dos países que mais recebiam imigrantes no mundo. Nesse sentido, o impacto da imigração produziu efeitos de toda ordem bem antes do que viria acontecer na Itália, na Espanha e em Portugal; dado que, em nossa avaliação, enfraquece o proposto por King e Ribas Mateos no que diz respeito ao acréscimo geral da imigração durante os anos 1980 e inviabiliza o primeiro referencial de Peixoto e outros, pois se percebe que a evolução nos fluxos não foi similar.

Outro fato que desconstrói a ideia da similaridade dos fluxos é o que se tem observado nos últimos anos em relação ao aumento das diferenças entre a migração dos países, como o já assinalado no caso de Portugal, no qual há uma diminuição do número de imigrantes e o aumento do número de emigrantes em comparação com os anos anteriores; alterando de forma muito significativa os números dos quatro países. Por conta dessas diferenças, Baldwin-Edwards (2012: 150) assinala: “Merely in terms of per capita immigration levels, it is now difficult to find comparability in the different national patterns, in contrast to the situation a decade ago”.

Já o outro grupo migratório que se dirigiu a essas localidades, o dos europeus do leste, traz consigo uma novidade que atinge o Sul da Europa em um cenário de aproximação bastante significativo. Esses movimentos, motivados pelo colapso da União Soviética e de seus estados satélites, na passagem da década de 1980 para 1990, estabeleceram padrão mais homogêneo de imigrantes durante a década de 1990, momento mais agudo da crise de reestruturação das economias do leste. Vale lembrar que esses indivíduos não possuíam vinculações históricas com os quatro destinos. Eles se deslocam para o Sul se aproveitando das condições de circulação no espaço Schengen, normalmente fazendo uso do visto de turistas.

Porém, esses fluxos possuem pesos muito distintos no cenário migratório dos quatro países-modelo, o que inviabiliza qualquer analogia com os outros fluxos examinados. Por exemplo, em Portugal, eles foram muito impactantes, porque eram proporcionalmente numerosos e representavam um choque cultural para a população nativa, habituada a receber grupos migrantes conhecedores da língua portuguesa; o que difere do caso grego no qual as diferenças culturais entre os migrantes e os nacionais eram rotineiras.

Entretanto, apesar do reconhecimento da existência desse elemento comum, que diz respeito à entrada de pessoas originárias do leste europeu, a mudança assinalada nos ritmos migratórios dos últimos anos inviabiliza a utilização desse exemplo para servir de base a um modelo, além disso, é importante ressaltar que o fluxo advindo do leste europeu produziu impactos distintos nas diferentes localidades.

Deve-se lembrar também que, para a construção de um modelo, faz-se necessária a ocorrência de diversas outras compatibilidades, igualmente significativas, para além da análise do impacto dessa presença de imigrantes em termos de políticas de integração, que explicitam a forma como o Estado pretende, se pretende, inserir esses indivíduos. Esse aspecto, que diz respeito à existência de políticas de integração, é dos mais relevantes na constatação das diferenças existentes entre os quatro países, o que, inviabiliza qualquer tentativa de produção de modelo.<sup>5</sup>

Outro elemento de aproximação concerne aos inúmeros casos de regularização admitidos pelos governos desses países. Primeiro, deve-se lembrar que o tratamento de pessoas como clandestinas – ilegais, indocumentadas, sem papéis ou qualquer outro termo que designe alguém que se encontra em situação irregular em outro território – é uma opção política do local de destino. Conforme destaca Izquierdo Escribano (2012: 47),

La premisa de la que partimos es que la ilegalidad no forma parte de la naturaleza migratoria. La inmigración ilegal no es una característica de la movilidad, sino un resultado de su tratamiento. La entrada ilegal no es un motor de la migración que impulsa a cambiar de país de residencia y que, por así decirlo, convierte a millones de sedentarios en migrantes. Es un etiquetaje de una fracción de los migrantes que se deriva de la acción pública y tiene una intención política. De modo que no existen dos naturalezas inmigratorias una legal y otra ilegal y, en consecuencia, no es necesario desplegar una política para la inmigración ilegal distinta de aquella que quiere reglar la inmigración en general. Antes bien, el peso de la entrada irregular y de la estancia irregular son indicadores que subrayan las insuficiencias de la política de inmigración.

Em segundo lugar, a regularização de imigrantes irregulares, não é uma peculiaridade dos países estudados. Diversos estados europeus fizeram uso desse instrumento pelo menos uma vez em sua história migratória (PEIXOTO e OUTROS,

---

<sup>5</sup> A capacidade de decisão e regulação dos Estados, com o advento de políticas comunitárias de controle migratório ficou muito limitada, pois, os controles prévios dos Estados não são mais de sua competência (BAGANHA, 2005). Mesmo assim, a forma de se lidar com essas normas comuns, principalmente no momento da entrada, não são semelhantes entre os quatro países, haja vista a necessidade da Grécia de um forte controle nas fronteiras secas, a ação espanhola nos aeroportos, pois é o principal meio para a chegada de imigrantes provenientes da América Latina.

2012: 124). Normalmente, ao deparar-se com esse tipo de situação, aparece a crítica de que os Estados são incapazes de lidar com os fluxos migratórios internacionais.

Apesar de verificar-se certa coerência na crítica, reforçando a ideia de que os estados do Sul da Europa são fracos, deve-se destacar que a regularização faz parte das políticas de integração, não podendo ser analisadas em apenas um de seus componentes. As regularizações oferecem oportunidades de integração para os imigrantes, que, com isso, deixam de estar em situação irregular, além de auxiliar os governos a lidar com o tema, pois abrem o cenário político para uma parcela das pessoas presentes naquele território.

Nos quatro países, a perda do poder de controle não é apenas responsabilidade estatal. Em grande parte, o visto de curta duração é o meio pelo qual a entrada de pessoas como turistas origina a situação irregular; quando deixam de respeitar a proibição de trabalho e o limite de tempo na Europa. Sobre Portugal, Baganha (2005), já havia salientado essa perda do poder regulador, destacando a necessidade de não se pensar a regulação somente *a priori*, pois ela cria a necessidade da conjugação de ações *a posteriori*, o que é válido também para os três outros países. Portanto, o fato de estar na área Schengen também tem seu impacto, porque, se o controle se mostra ineficiente, a regularização é um dos caminhos para tentar integrar os estrangeiros no destino, apesar de eventuais críticas que esse tipo de ação possa receber.

Críticas como as descritas por Reis (2006: 33), ao destacar o papel relevante dos direitos humanos na proteção dos imigrantes, salientam a polêmica em relação aos indocumentados, pois, em tese, estão fora da lei. “Muitos Estados temem que uma política que conceda muitos direitos aos indocumentados possa servir como estímulo para que mais pessoas migrem de forma ilegal”.

Destacando os efeitos dessa irregularidade, Izquierdo Escribano (2012: 47-48) assegura que:

Por la misma razón, la duración de la irregularidad y la discontinuidad en la situación legal reflejan un fracaso de la cuestión gubernamental. Vivir durante muchos años en una situación indocumentada o perder con frecuencia la autorización para residir, denota que la norma y su manejo no captan la realidad migratoria. Pero tanto la entrada como la salida clandestina son consecuencias de las políticas que tratan de organizar la inmigración y no partes constitutivas de la anatomía inmigrante. De modo que lo que cualifica a una política de inmigración son las proporciones que alcanzan la irregularidad y la legalidad en el ciclo migratorio y en concreto en la biografía del migrante. Vista de ese modo, la inmigración ilegal demuestra los límites y la impotencia de la política para encauzar los movimientos internacionales de la población de distinta

## Para que servem os modelos?

naturaleza (económica, política, socio-cultural) y de carácter temporal, definitivo o circular.

Também, é necessário lembrar que em alguns setores da economia essa irregularidade pode ser vantajosa, do ponto de vista de quem explora, pois diminui direitos e salários, reduzindo por consequência os custos.

Conforme assinalam King e Ribas Mateos (2005: 210):

Mas este cisma de dois sectores é depois alargado e manipulado de forma crua e cruel por pessoas que não pensam e por políticos pouco escrupulosos e pelo seu controlo dos meios de comunicação social. Ao serem relegados para o papel que lhes foi atribuído de preencherem os trabalhos “degradados” que mais ninguém quer fazer, as vidas dos imigrantes são igualmente degradadas em praticamente todos os outros aspectos: são-lhes atribuídas habitações degradadas, poucos direitos e um respeito inadequado pelo trabalho que fazem. São vistos como um “problema” ou uma “urgência” para a sociedade, muito embora a sociedade que os condena necessite do seu trabalho. Geralmente, têm baixas taxas de desemprego (com poucos direitos sociais, não conseguem sobreviver se estiverem desempregados), mas, no entanto, são culpados pelas elevadas taxas de desemprego entre os trabalhadores nativos (muitos dos quais optam por estarem desempregados ou subempregados, sustentados pela indulgência das próprias famílias).

Portanto, a precariedade da situação dos imigrantes indocumentados é um verdadeiro estigma para esses indivíduos, e o fato de os Estados do Sul fazerem uso demasiado das regularizações, não significa que tal ação seja negativa, pois é uma forma de o Estado considerar a presença deles em seu território e lhes oferecer algum tipo de proteção.

O simples fato de os outros Estados europeus não praticarem regularizações com a mesma regularidade não significa a inexistência do problema. Porém, em relação a um modelo, pensar a política de imigração apenas pelas regularizações não é suficiente, ela deve ser abordada em conjunto com as demais ações políticas migratórias.

Nesse sentido, cabe atentar para a crítica de Baldwin-Edwards (2012: 152) ao modelo proposto por Peixoto e outros, que pode ser estendida ao modelo desenvolvido por King e Ribas Mateos:

A more detailed examination of specific aspects of migration management is needed to assess ‘immigration policy’. These sub-areas of policy include labour recruitment, management of policy asylum, family migration and family reunification, regularisations, deportations and expulsions, residence permit policies, access to sub-areas of labour market, policies for the integration of immigrants, access to citizenship, inter alia. Such an examination policies can be compared. Without having the time or space here to carry out such a procedure, I feel confident in asserting that Greece is an outlier of the model proposed, that Portugal is also a poor fit, with some considerable similarities between Spain and Italy notwithstanding some important differences.

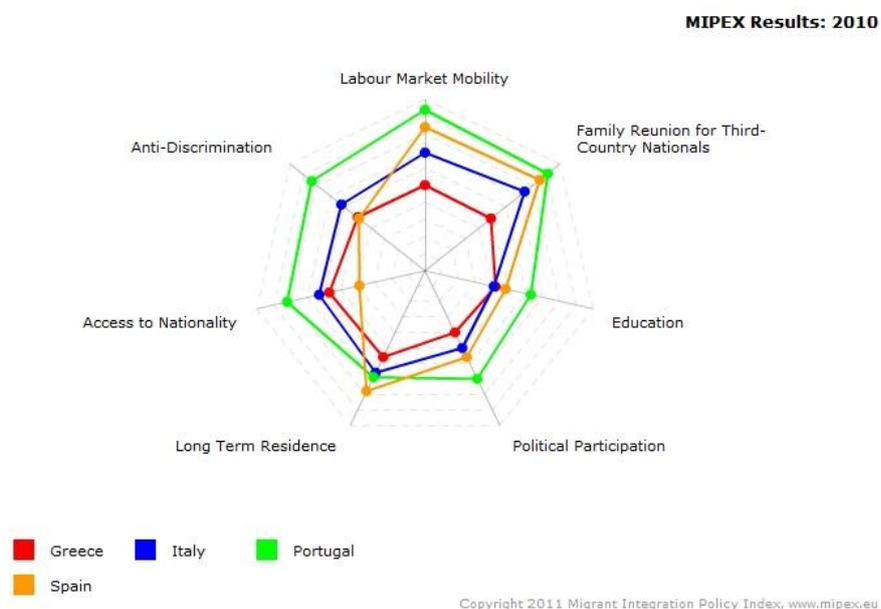
## Para que servem os modelos?

Há que se analisar as políticas migratórias como um todo, a começar pelo controle, no qual se percebe uma nítida distinção entre os quatro países. Do controle externo, realizado por Espanha e Itália, até a política de deportação em massa, praticada na Grécia. A análise deve atentar também para as regras comuns em termos de controle migratório formuladas dentro do quadro da União Europeia, assim como as regras sobre a política de asilo e refúgio, e a política de integração que ainda está, em grande parte, nas mãos dos Estados.

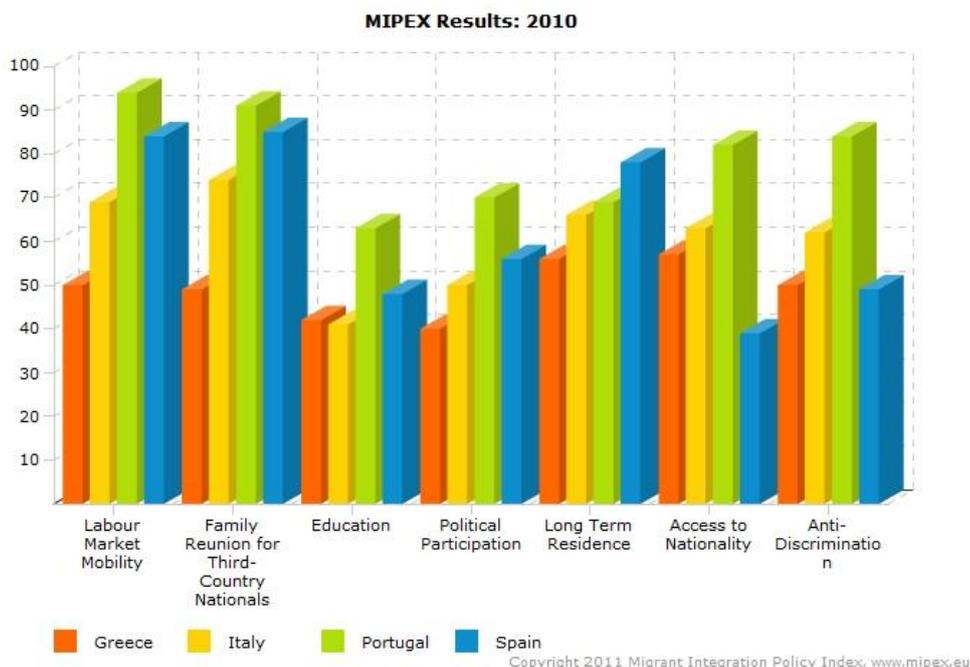
Dessa forma, pode-se afirmar que em termos de políticas migratórias, os dados fundamentais para a construção de um modelo deveriam ser associações capazes de relacionar, principalmente, as políticas de integração, pois as de controle, apesar da diferença de algumas ações, estão sendo dominadas pela União Europeia, com o objetivo de estabelecer uma política migratória comum. Nesse sentido, o principal indicador para analisar as políticas de integração são os dados do MIPEX.

### Comparativo entre as políticas de integração dos quatro países

*.Comparativo no formato teia*



.Comparativo no formato barra



No caso dos quatro países, são bastante nítidas as diferenças entre o que cada um deles desenvolve no âmbito da integração. Os gráficos demonstram que Portugal lidera em seis de sete quesitos relativos à integração; o que mostra uma maior intensidade nas ações nessa área, em comparação com as demais. No plano oposto, chamam a atenção as estatísticas relativas à Grécia, que se coloca em última posição em todos os aspectos, salvo no plano da educação, em que praticamente divide o último lugar com a Itália. O exame dos gráficos acima é bastante esclarecedor sobre as diferenças de políticas de acolhimento e integração entre os países que foram agrupados de forma redutora nos modelos discutidos nesse artigo.

## Conclusão

Diante disso, evidencia-se a impossibilidade de qualquer modelo para os quatro países, como destaca Baldwin-Edwards, “Thus, again we can find Greece to be an outlier of the model, Portugal looking a little different from Spain and Italy, and fairly strong similarities between Italy and Spain”. Essas considerações corroboram outras críticas feitas por Baldwin Edwards (2012), pois desconsidera-se no modelo o desenvolvimento local da governança na política de desenvolvimento e implementação

das ações de manejo dos imigrantes regulares e irregulares em relação a aspectos como a inserção na Seguridade Social. Há, ainda, a salientar que na Espanha e na Itália as regiões possuem prerrogativas que lhes permitem agir de forma mais autônoma em relação aos imigrantes, estabelecendo diferenças significativas dentro de um mesmo país na relação entre localidade e imigrante.

Os dois últimos fatores salientados por King e Ribas Mateos destacam primeiro a concentração profissional dos dois grupos, regulares e irregulares, imigrantes em trabalhos não valorizados socialmente, com baixa remuneração e precários. Tal fato decorre da própria política migratória que, ao estigmatizar o imigrante, estabelece para os menos favorecidos a oportunidade, quase única, de se vincular a segmentos desvalorizados socialmente. Isto é característico de todas as localidades que procuram estabelecer políticas no sentido predominante de impedir a entrada de pessoas não nacionais em seu território. Portanto, como a opção de boa parte dos países desenvolvidos é frear a entrada de imigrantes, estes acabam se vinculando aos setores menos valorizados, não sendo, portanto, exclusividade dos países do modelo Sul.

A última seria a assimetria entre o número de homens e mulheres quando se analisam fluxos de países de origem específicos. Porém, como a própria frase destaca, tal fato decorre muito mais das condições na origem do que no destino. Percebe-se, mais uma vez, nos dois casos acima, que as tentativas de aproximação entre os quatro países são inconsistentes.

Há, além das críticas feitas até agora, outras variáveis perdidas na construção do modelo, como a desconsideração da ideologia política dos partidos no desenvolvimento das medidas, como o caso da Itália que possui uma extrema-direita com discurso xenofóbico forte dentro do cenário nacional. Mas, isso não se aplica ao caso de Portugal, onde o partido com essas características é irrelevante em termos eleitorais.

Já na Grécia, ocorre um quadro de mudança, pois o partido de extrema-direita e xenofóbico conseguiu nas penúltimas eleições 7% dos votos, entrando para o grupo dos partidos com assento no parlamento. Isso, sem dúvida, proporcionará alguns impactos nos próximos anos. Outros aspectos não levados em conta são o impacto da Sociedade Civil e das ONG's nas questões migratórias dessas localidades.

A questão não é ser contrário aos estudos comparativos. Acredita-se, inclusive, na aplicabilidade dessa metodologia em diversas situações, porém, nesse caso, verifica-se exagerada a possibilidade de alguns elementos comuns refletirem em um modelo

para toda a Europa do Sul, pois as características análogas são, em certos momentos, demasiadamente generalistas. Outras não se sustentam quando submetidas a um exame mais apurado do desenvolvimento histórico do fenômeno, mostrando-se em alguns casos extremamente díspares. Fica evidente a falta de uma experiência comum da imigração nos diferentes países do Sul da Europa (BALDWIN-EDWARDS, 2012: 153).

Outro aspecto que merece crítica é o estabelecimento de um modelo de imigração para os países do sul da Europa sem levar em conta que estes são também países de emigração. Além disso, a visão com base apenas nos países de destino, enfraquece o enquadramento teórico sobre as migrações internacionais, na medida em que para estes tanto origem como destino estão conectados em movimentos recíprocos.

Há outro aspecto relevante que justifica a desconstrução do modelo na análise dos movimentos migratórios. Por si só, o fato de haver uma circunscrição geográfica, na qual determinadas características são isoladas, sem levar em conta as articulações do processo migratório em todo continente, revela que o modelo torna-se frágil como instrumento analítico para a construção de uma política migratória única para toda a Europa. Resta evidente que essa ação não compreende os efeitos locais e nacionais das imigrações, dificultando aos países o desenvolvimento de ações no sentido de melhorarem as suas regulações migratórias.

Na medida em que a Comunidade Europeia é hoje composta por quase três dezenas de estados, vemos com ceticismo não apenas o modelo que circunscreve a área do Mediterrâneo, mas também tentativas de desenvolvimento de um modelo para toda a Europa, porque, ainda mais do que o primeiro, redundaria em considerações generalistas não condizentes com uma análise pormenorizada da situação dos fluxos e dos migrantes. Isso também serve de referência para a busca da construção de modelos explicativos para outras regiões, pois o fortalecimento destes modelos, sem a sua devida crítica, cria quadros de análise tão ampliados que, em diversos momentos, não se consegue observar elementos particulares relevantes para a compreensão de realidades distintas.

### **Referências bibliográficas**

BAGANHA, M. I (2005). “Política de imigração: A regulação dos fluxos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 73.

- BALDWIN-EDWARDS, M (2012). “The Southern European ‘model of immigration’ – A sceptical view”. In: OKÓLSKI, M. (org.). *European Immigrations – Trends, Structures and Policy Implications*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- BAUMAN, Z (1999). *Globalização – As Consequências Humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HOLLIFIELD, J. F. (2000). “Migration and the ‘new’ international order: the missing regime”. In: GHOSH, B. (org.). *Managing migration: time for a new international regime?* Nova York: Oxford.
- IZQUIERDO ESCRIBANO, A. (2012). “La política de regularizaciones masivas y su función en el modelo migratorio español”. In: \_\_\_\_\_; CORNELIUS, W. A. *Políticas de control migratorio – Estudio comparado de España y EE.UU.* Barcelona: Bellaterra.
- KING, R.; RIBAS MATEOS, N. (2005). “Migração internacional e globalização no Mediterrâneo: o “modelo do Sul da Europa””. In: BARRETO, A. (org.). *Globalização e Migrações*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PEIXOTO, J.; ARANGO, J.; BONIFAZI, C.; FINOTELLI, C.; SABINO, C.; STROZZA, S.; TRIANDAFYLLIDOU, A. (2012). “Immigrants, markets and policies in Southern Europe – The making of an immigration model?” In: OKÓLSKI, M. (org.). *European Immigrations – Trends, Structures and Policy Implications*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- REIS, R. R. (2006). *Políticas de Imigração na França e nos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec.
- RIBAS MATEOS, N. (2004). *Una Invitación a la Sociología de las Migraciones*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.